

SABERES RENORMATIZADOS EM AVALIAÇÃO À LUZ DA ERGOLOGIA: RESULTADOS DE PESQUISA

RENORMALIZED KNOWLEDGE IN EVALUATION INSIGHT OF ERGOLOGY: RESEARCH RESULTS

LOS SABERES RENORMATIZADOS EN EVALUACIÓN A LA LUZ DE LA ERGOLOGÍA: RESULTADOS DE LA INVESTIGACIÓN

Alice do Socorro Louzada Moraes

Universidade Federal do Pará

ORCID – <https://orcid.org/0000-0003-2485-8899>

Doriedson do Socorro Rodrigues

Universidade Federal do Pará

ORCID – <https://orcid.org/0000-0002-5120-2484>

Resumo: Este trabalho é resultado de uma pesquisa baseada em processos de renormatização de saberes em avaliação da aprendizagem, a partir de saberes docentes em Língua portuguesa, como principal ferramenta para se pensar a formação humana dos sujeitos. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa qualitativa fundamentada na Ergologia – abordagem desenvolvida pelo filósofo francês Yves Schwartz – que apresenta, por meio de normas antecedentes e renormatização de saberes alguns achados importantes deste estudo. Como instrumento metodológico, utilizamos entrevista semiestruturada com quatro (04) professoras de Língua portuguesa do ensino médio. Como conclusão, aponta-se que a Ergologia trás de maneira mais explorada a renormatização de saberes de professoras em avaliação (na sua atividade de trabalho), foca nos seres humanos, na sua existência real e suas principais interfaces. Bem como, ressalta que o trabalho docente das parceiras desta pesquisa que militam no campo do ensino aprendizagem de Língua portuguesa, apresentam uma consciência de uma renormatização que é transgressora na perspectiva de formação emancipadora.

Palavras-chave: Saberes. Avaliação. Ergologia.

Abstract: This article is the result of a research based on knowledge renormatization processes in learning assessment, based on teaching knowledge in Portuguese language, as an important tool for thinking about the human constitution of subjects. Methodologically, it refers to a qualitative research based on Ergology – an approach developed by the French philosopher Yves Schwartz – which shows, by means of antecedent norms and renormatization of knowledge, some important findings of this study. As a methodological object, we used semi-structured interviews with four (04) high school Portuguese teachers. as well as, it is pointed out that

Ergology brings in a more explored way the renormalization of knowledge of teachers in evaluation (in their task activity), focuses on human beings, on their real existence and their main interfaces. In the same way, it is highlighted that the teaching work of the partners of this research who fight in the field of teaching and learning Portuguese, present an awareness of a renormalization that is transgressive in the perspective of emancipatory training.

Key-words: knowledge. Evaluation. Ergology

Resumen: El estudio es resultado de una investigación en base a procesos de renormalización de los saberes en la evaluación del aprendizaje, partiendo de saberes docentes de la Lengua Portuguesa como principal herramienta para reflexionar sobre la formación humana de los sujetos. Metodológicamente se trata de una investigación cualitativa fundamentada en la Ergología – un abordaje desarrollado por el filósofo francés Yves Schwartz – que presenta, por medio de normas antecedentes y renormalización de saberes, algunos descubrimientos importantes del presente trabajo. Como instrumento metodológico, hemos utilizado la entrevista semiestructurada con cuatro (04) profesoras de Lengua Portuguesa de la Escuela Secundaria. En suma, se destaca que la Ergología trae de modo más puntilloso la renormalización de saberes de profesoras en evaluación (en su actividad de trabajo), enfoca en los seres humanos, en su existencia real y sus interfaces principales. Además, enfatiza que el trabajo docente de las compañeras de esta investigación que militan en el campo de la enseñanza y aprendizaje de la Lengua Portuguesa, presentan una conciencia de una renormalización que es transgresora en la perspectiva de formación emancipadora.

Palabras-clave: Saberes. Evaluación. Ergología

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de dissertação de mestrado defendida em janeiro de 2021 na Universidade Federal do Pará (UFPA). A pesquisa tratou sobre o trabalho docente e processos de integração de saberes de avaliação em Língua portuguesa no ensino médio. Mas, para esta análise especificamente, apontamos os resultados de pesquisa baseado em processos de renormalização de saberes em avaliação da aprendizagem, a partir de saberes docentes como principal ferramenta para se pensar a formação humana dos sujeitos por meio da avaliação. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa qualitativa fundamentada na Ergologia – abordagem desenvolvida pelo filósofo francês Yves Schwartz – que

apresenta, por meio de normas antecedentes e renormatização de saberes, alguns achados importantes. Como instrumento metodológico, utilizamos entrevista semiestruturada com quatro (04) professoras de Língua portuguesa do ensino médio da Escola Osvadina Muniz, espaço urbano do Município de Cametá-PA, denominadas por Ensinar, Dedicção, Vida e Arte¹. O artigo se estrutura primeiramente por um diálogo introdutório; uma seção teórica sobre Ergologia; uma seção apresentando os autores que nos sustentam para discutir saberes em avaliação; uma seção de análise dos resultados do trabalho e finaliza com as considerações finais.

A ERGOLOGIA: INICIANDO REFLEXÕES METODOLÓGICAS

A abordagem ergológica é um modo de abordar a atividade. Ela se origina a partir de experiências históricas de trocas com o mundo do trabalho e é abordada por filósofos e pesquisadores que se interrogam sobre a vida e o trabalho. Para Schwartz (2016), em uma sociedade saturada de normas que antecedem todo agir, como é a nossa sociedade, a abordagem ergológica concebe “a atividade como uma trama de renegociações permanentes dessas normas” (SCHWARTZ, 2016, p. 253), que permitem para os indivíduos e coletivamente, a possibilidade de viver em suas historicidades circunstâncias inéditas como, por exemplo, os imprevistos no cotidiano do trabalho que nenhuma norma antecede. O autor define:

A abordagem ergológica é então uma antropologia, uma concepção do humano como ser de atividade: o que quer dizer, um ser em permanente debate de normas (renegociações) com seu meio de vida, para tentar- *atualizar* essas normas, sempre editadas em uma relativa intemporalidade,- e as *personalizar*, pois elas se estabilizaram fora de toda consideração de sua singularidade como ser vivo. (SCHWARTZ, 2016, p. 254)

¹ Os codinomes apresentados na pesquisa macro e neste diálogo foram criados de acordo com o consentimento das professoras para preservar suas identidades.

Os conceitos da Ergologia sobre normas, normas antecedentes e renormatizações serão importantes para entendimento da conjuntura histórica da avaliação como um conjunto de normas prescritas historicamente que pode ser colocada como regras formais, as quais são descritos os processos de trabalho e são renormatizados pelos saberes docentes por meio das renegociações.

Resultam nessa renormatização, por meio do debate de normas, a integração de duas importantes categorias de saber que trataremos nesta análise fundamentada em Schwartz (2015), são eles: o **saber prescrito** – aquele que é conhecido e formalizado nos ensinos, na academia, nas normas técnicas e organizacionais, nos programas de ensino, nos currículos escolares, ou seja, todo o saber que é construído a partir de normas, e que por isso, é normativo –; o **saber experiencial** – aquele que consiste em todas as atividades e/ou experiências que advém do não prescrito, mas sim, de valores construídos ao longo da historicidade dos trabalhadores e que os permitem, na sua subjetividade relacioná-los com o saber prescrito pra utilizarem no trabalho. (MORAES, 2021, p. 15) Assim, construídos a partir da atuação desses trabalhadores em sua atividade docente cotidiana na sala de aula.

Partindo deste pensamento, afirmamos que esta análise dentro do contexto educacional com as quatro professoras entrevistadas não está alheia as formas e aos processos de produção e reprodução da vida pelo trabalho e aos elementos materiais de formação humana. (CUNHA, 2014, p. 25) E nosso embasamento teórico na Ergologia permite fazer a relação entre trabalho, formação humana e produções de saberes como possibilidade de resultados formativos em avaliação que possibilite pensar relações de classe e emancipação intelectual dos estudantes ao mesmo tempo que abrange a autonomia das professoras por meio do uso de si.

A ergologia, inspirada pelas Comunidades Científicas Ampliadas (Oddone, 1981), tem na ergonomia da atividade uma propedêutica (Schwartz, 1987). De ambas as abordagens

clínicas do trabalho, herda-se a hipótese da existência de uma atividade que faz a experiência operária dos modos de produção, cujo desvelamento somente é possível no diálogo entre pesquisadores e trabalhadores. Os percursos metodológicos na ergologia sempre buscaram dimensionar esse “ser inteiro” através da noção de “corpo-si” – homem, ser singular, vivo e sociocultural – nas situações de trabalho. (CUNHA, 2014, p. 56)

Ou seja, o uso do corpo si pelas trabalhadoras nesta pesquisa está relacionado a existência de uma atividade que faz as suas experiências, por meio o seu uso de si como seres humanas únicas e capazes de retrabalhar o prescrito, a partir do saber experiencial, e adaptá-lo nas variadas situações de trabalho.

Essa renormatização que se produz nas atividades de trabalho gera uma situação de "desconforto intelectual" (SCHWARTZ, 2000b), no momento em que questiona os saberes disciplinares, que por definição “têm sempre tendência a neutralizar a história atual, local, dos homens e das atividades” (SCHWARTZ, 2000b, p. 43). Este desconforto intelectual está diretamente ligado ao debate de normas em que o trabalhador é cercado de normatividades, no entanto as domina fazendo uso de si ou “recolocando em experiência do seu si (‘de seu corpo-si’), mais ou menos infinitesimalmente, por meio do nosso agir, sucessivo e encadeado” (SCHWARTZ, 2009, p. 270). É preciso, no entanto, levar em consideração que cada saber deve ser repensado a partir da sua relevância e que cada um tem sua contribuição para a formação dos sujeitos. A aprendizagem dos saberes prescritos, os disciplinares, não deve de modo algum ser invalidado, mas sim acompanhada de um conjunto de outras aprendizagens, que, ao se integrarem nas atividades, recriam outras aprendizagens, outros valores, presentes em histórias individuais dos saberes dessas trabalhadoras. Por isso, buscamos considerar estes saberes juntamente com os saberes experienciais a partir de situações concretas observadas nas atividades de trabalho das professoras da EEEM Professora Osvaldina Muniz.

Dessa forma, o saber-fazer destas profissionais constitui-se de um conjunto de experiências das quais essas trabalhadoras são convidadas a participar para transformar o meio de trabalho de forma ética e psicossocial. A experiência coloca em prática saberes pessoais das professoras, para preencher e gerir a distância entre o prescrito e o real do trabalho. Para a Ergologia, este saber experiencial “é resultado da história individual de cada um, sempre singular, ou seja, adquirida da própria experiência profissional e de outras experiências (social, familiar, cultural, esportiva, etc.) e que remete a valores, à educação” (TRINQUET, 2010, p. 100). Em resumo, a personalidade própria de cada um. Ergólogos também denominam este tipo de saber como saber investido, que “é um verdadeiro saber – é complementar ao saber constituído” (TRINQUET, 2010, p. 100). Essas duas formas de saber, o constituído (prescrito) e o investido (experiencial) são indispensáveis para o nosso entendimento sobre toda situação de trabalho.

Com isto, entendemos que em seus trabalhos existe consciência renormatizadora que integra experiência e prescrição como crítica que valoriza o experiencial, mas não descarta o prescrito. Como afirma a parceira Arte:

O conhecimento adquirido na vida acadêmica é diferenciado do conhecimento repassado aos alunos devido aos termos técnicos. Mas procuramos adequar da melhor forma possível os conhecimentos adquiridos. (PARCEIRA ARTE).

Nessa narrativa a renormatização dos saberes prescritos se faz pelo uso de si, a professora é requisitada pelo seu corpo-si e por sua experiência para adequar os conhecimentos normatizados e técnicos à realidade da sala de aula e de seus alunos, assim como também à sua realidade, num movimento dialético. Como lembra Tardif: “se uma pessoa ensina durante trinta anos, ela não faz simplesmente alguma coisa, ela faz também alguma coisa de si mesma: sua identidade carrega as marcas da sua própria atividade” (TARDIF, 2002, p. 56), ou seja, uma boa parte de sua existência é caracterizada por sua atuação profissional.

Com isso, os sentidos sobre a atividade avaliativa também se constroem na vida dessas docentes, pois há o amadurecimento do pensamento sobre como avaliar e a viabilidade de realizar uma avaliação compatível com a realidade da sala de aula, mesmo estando subjugadas a esse modelo aprofundado na manutenção da ordem:

Avaliação é desde o primeiro dia de aula, né, e a gente precisa conhecer aquele nosso aluno e infelizmente a gente precisa dar uma nota, que para mim não é tudo, porque pra mim, quando eu avalio meu aluno, é ele ali no dia a dia fazendo a atividade que eu peço, é ele tirando a dúvida dele, né? É uma somatória de atividades que vão ser feitas para se extrair um resultado final que nós somos cobrados para extrair uma nota. (PARCEIRA DEDICAÇÃO).

Durante tanto tempo de trabalho elas puderam compreender formas de avaliar que se articulassem com os sujeitos e contextos diversos, “confrontando os múltiplos conhecimentos que perpassam o saber, o fazer e o pensar de alunos, alunas, professores e professoras” (ESTEBAN, 2000, p. 1). Esse movimento que caracteriza as práticas escolares cotidianas dessas professoras esclarece como é impossível reduzir a avaliação de uma maneira estanque, atendo-se ao prescrito somente; mesmo que possuindo um conjunto de normas esperadas a ser seguidas, há a possibilidade de os sujeitos construírem conhecimentos numa perspectiva integrada de não fragmentação do processo ensino-aprendizagem, mesmo que em condições ainda limitadas.

AS NORMAS ANTECEDENTES E A AVALIAÇÃO NO COTIDIANO ESCOLAR

Habitualmente, quando nos referimos à avaliação, pensamos de maneira prioritária ou até mesmo exclusiva nos resultados obtidos pelos alunos. “Hoje em dia, este continua sendo principal alvo de qualquer aproximação ao fato avaliador” (ZABALA, 1998 p. 195). Nesse sentido, é por isso que professores, pais e alunos mencionam a avaliação como um

mecanismo que objetiva medir o grau de alcance de alunos e alunas na sala de aula em seus diversos níveis escolares.

Ao se confrontar com um modelo mecânico de avaliação que classifica e exclui, implica também pensar que: numa situação determinada, o professor renormatiza modelos classificatórios quando leva em consideração a interação, o posicionamento do aluno a respeito de determinado assunto, a cooperação e o encontro que deve existir na relação professor-aluno que possibilita pensar a emancipação. No entanto, muitas vezes essa atitude causa desconfiança, pois o aluno desconfia da capacidade do professor. Este exemplo serve para entendermos que historicamente nós aprendemos desde a infância que a função docente é falar/reproduzir conteúdo e a função do estudante é apenas ouvir/absorver e que a retribuição do aluno está em repetir o que foi dito pelo professor ou professora num exame que servirá para medir o valor de sua aprendizagem.

Partindo dessa compreensão, a fala de uma das professoras abaixo, pressupõe que com o avanço da educação e suas práticas é a inquietude de trabalhadores e trabalhadoras da educação que propõem formas de pensar a avaliação num viés de não a limitar apenas a uma valorização dos resultados obtidos pelos alunos, mas pensar a atividade avaliativa como fundamental para a relação do encontro humano e da confiança que a docência deve estabelecer nos processos de ensino aprendizagem:

Eu já tive uma situação com um aluno que acertou apenas uma questão no simulado e é claro que eu não reprovei, ele tinha todas as outras atividades, os outros 50 pontos ele já tinha, porque eu o considero um aluno que interage, faz suas atividades, um aluno que está presente na sala de aula né, então para mim as questões objetivas elas não caracterizam de fato que meu aluno aprendeu porque quando é que eu sei que tá aprendendo? Quando ele tá resolvendo exercícios, por isso a importância da gente tá observando nossos alunos todos os dias. (PARCEIRA-VIDA)

Estas considerações, demonstram que “o processo seguido pelos meninos e meninas, o progresso pessoal, o processo coletivo de

ensino/aprendizagem, entre outros, aparecem como elementos ou dimensões da avaliação” (ZABALA, 1998, p. 195). Diante disto, o ambiente escolar é lócus da construção do trabalho docente em que se observa que a dialética estabelecida entre professora e aluno demonstra entender que os resultados quantitativos do simulado não dão conta da realidade. A renormatização em não reprovar o aluno porque ele acertou apenas uma questão no simulado vai contra a lógica de uma classificação esperada pelo prescreve a norma: a reprovação.

Isso se evidencia pela consciência subversiva da professora que o instrumento simulado não determina o quanto esse aluno aprendeu de fato, pois há uma dimensão mais ampla que vai além das notas do aluno, como aponta outra parceira da nossa pesquisa: “principalmente quando observamos que ele tem autonomia para ir em busca de novos conhecimentos” (PARCEIRA-ARTE). Dessa forma, a atividade do trabalho docente é aproximar a escola da realidade em que se insere tendo a avaliação como estratégia de resignificação de formação a partir da consciência da professora em agir para a melhoria da aprendizagem do aluno.

As professoras fazem o uso de si a partir de seus saberes e experiências e concluem que a avaliação não é o suficiente para demonstrar a potencialização dos seus alunos. Desse ponto de vista, podemos perceber que a realidade daquelas que constroem e formulam o juízo de valor e daquilo que advém desse juízo ao mesmo tempo, faz com que as professoras passem por esse processo de auto avaliação: quando elas julgam que medir um valor não contempla a aprendizagem dos seus alunos.

Assim, esses saberes renormatizados em avaliação por essas professoras, incluem também o aluno como ser social que produz saber, a educação é um processo dialético em que ao mesmo tempo que educa a professora aprende. É impossível que este aluno aprenda sem uma vontade própria ou sem mobilização da professora, esta aprendizagem é possível graças a uma relação de envolvimento daquela que ensina e aquele que

aprende. De acordo com Charlot (2005, p. 76), “O professor não produz o saber no aluno, ele realiza alguma coisa (uma aula, a aplicação de um dispositivo de aprendizagem, etc.) para que o próprio aluno faça o que é essencial: o trabalho intelectual”. Isto evidencia, nos trechos acima de nossa análise, que as professoras sabem, por experiência própria quando um aluno não compreende algo, mesmo que seja algo bem simples, e a possibilidade de o aluno aprender é por meio dessa interlocução, temos aqui uma relação de dependência em que “a dependência do aluno em relação ao mestre responde a contra-dependência do mestre em relação ao aluno” (CHARLOT, 2005, p. 77).

Dito isto, dialeticamente, consideramos a seguinte premissa: o professor detém o poder, mas é o aluno que determina o fracasso ou o êxito do ato pedagógico. A partir daí o sofrimento profissional do professor diante dessa barreira que define um sobre o outro, constitui uma verdadeira “experiência metafísica, a da alteridade radical entre dois seres que são, aliás, parecidos” (CHARLOT, 2005, p. 76). O professor busca maneiras de fazer com que esse aluno aprenda e graças as suas experiências vindas de anos de trabalho se ocasiona sempre um drama do uso de si mesmo para renormatizar as aprendizagens a partir de valores construídos coletivamente.

Dessa maneira, compreendemos a partir desta reflexão, que para se chegar à categoria de licenciada em Letras Língua portuguesa, as narradoras desta pesquisa, assim como todos os profissionais do mundo, passaram por uma formação acadêmica, um conjunto de normas jurídicas que as capacitaram e as consideraram aptas para dar aulas na educação básica e nesta escola foram inseridas, por meios legais, como concurso público do Estado. Portanto, nesta organização, existe uma situação de trabalho na qual estão inseridas estas professoras com suas histórias e experiências de vida, logo rodeadas de cultura, memórias e vivências que conduzem suas linguagens e que avançam o prescrito.

ACHADOS, RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nossos resultados a partir desta análise sobre renormatização de saberes em avaliação à luz da Ergologia nas atividades de trabalho das professoras da educação básica, apresentaram achados importantes. Para este artigo destacamos alguns deles.

1) **A avaliação baseada na interação:** quando a nota do aluno resulta de “situações-problema” que ele enfrenta, ou seja, imprevistos que, no momento de resolução de simulados, não estão relacionados com a falta de competências e habilidades que este aluno tenha ou não. A professora explica que esses casos ocorrem porque:

Quando eu me surpreendo com o aluno, uma nota muito baixa no simulado, eu vou chamar o aluno: “O que foi que aconteceu? Se nas aulas nós estudamos isso, se você interage, se você faz as atividades que eu sei que você sabe”. Aí vem a resposta: “Professora, na hora de passar, eu passei errado para o cartão” / “Professora, eu pulei uma questão” / “Professora, eu não sei onde eu tava com a minha cabeça porque eu tô com problema aqui, tô com problema”. (PARCEIRA VIDA)

Inferimos, partindo deste trecho que a produção de saberes docentes representa aprendizagens de maneiras diversas, entre as quais permite que a professora saiba qual aluno sabe ou não sabe determinado conteúdo. Isso ocorre por meio da mediação feita pela interação e por toda a experiência de formação vivenciada ao longo do semestre, que é requisitada diante de situações de trabalho como essas, narradas no trecho acima. Esses saberes entram em ação quando ela procura identificar por que o aluno tirou nota baixa, podendo retrabalhar sua forma de avaliar. Portanto, entendemos que a avaliação é baseada na interação e se constrói com uma relação dialética em que há a argumentação e a socialização de temáticas e se busca por meios de potencialização sem prejudicar o contexto histórico formativo humano;

2) **Existe um caráter subversivo em avaliar:** quando possibilita a visibilidade de múltiplas fontes de saberes e competências que podemos

perceber em nosso percurso ergológico na escola, por meio de experiências e produções de saberes como o trabalho docente, o trabalho do estudante, do corpo pedagógico, enfim, vivências de diferentes formas e integração nos processos de atividade de trabalho que movimentam a instituição. Portanto, toda pesquisa de campo nos convoca a configurações históricas, aos patrimônios produzidos na materialidade do viver, do afrontamento, que se localizam a partir das exigências do viver coletivo e que nos levam a práticas e intervenções em nosso meio;

3) **Existe uma consciência subversiva nas trabalhadoras:** quando as atividades de trabalho destas professoras oscilam entre cumprir as metas exigidas pelos documentos oficiais inseridos pela organização do trabalho e/ou intervir na aprendizagem por meio de capacidades criativas que vão contra a lógica que prescreve as normas que antecedem seus trabalhos. Essa consciência subversiva possível se mostra num complexo processo humano que envolve o reconhecimento, pelas professoras de Língua Portuguesa, de necessidades, afetos, desejos, significações, fazendo com que as parceiras da pesquisa se posicionem no sentido de reestruturar o tradicional, baseando-se em estratégias de renormatização que abranjam todas as dimensões humanas de seus alunos. A fala seguinte da parceira Vida reforça o enunciado:

A avaliação é a totalidade do nosso trabalho, por que eu digo isso? Porque eu falo que não é só responsabilidade do aluno, porque eu falo que não é só responsabilidade do professor, mas uma totalidade que vai somar, porque a nota dos meus alunos muitas vezes não reflete o que eles aprenderam de fato, ela (avaliação) é composta. (PARCEIRA VIDA). (Grifos da autora)

Com isto, compreendemos que essa consciência subversiva possível em avaliar se forma no corpo-si² dessas professoras pelo uso de si por elas

² Vale ressaltar que a Ergologia não utiliza o conceito de sujeito ou subjetividade, mas sim de *corpo-si*, como vimos no segundo tópico deste artigo, entendendo que um sujeito não pode ser delimitado, definido, pois, é uma entidade enigmática que resiste às tentativas de ser objetivado (SCHWARTZ, 2010).

mesmas, constituindo uma renormatização no plano subjetivo, fazendo com que elas discordem do modelo avaliativo posto nos documentos oficiais que antecedem o seu trabalho. Isto acontece justamente porque existe o debate dessas normas, encaixado dialeticamente em suas dimensões históricas e humanas. Porém, o sistema educacional exige em suas prescrições que elas atribuam notas aos seus alunos a cada bimestre, por meio de instrumentos avaliativos que resumem os estudantes à quantidade de acertos apurados em exames objetivos;

4) **Há renormatização de saberes como consciência subversiva, mas não como práxis:** partimos ainda da reflexão do achado número 3 para dialogarmos com o nosso quarto e último achado nesta pesquisa. Compreendemos então que esta renormatização de saberes como consciência subversiva não se configura como práxis transformadora em sua materialidade na avaliação da aprendizagem de Língua portuguesa, pois o agir das professoras está intrinsecamente ligado à governança que o sistema educacional estabelece, exigindo cumprimento de metas, avanço de conteúdo, bom rendimento escolar, aprovação e reprovação dos alunos. Esse saber prescrito na avaliação como instrumento de um possível avanço na qualidade de ensino “faz com que essa intensa atividade intelectual, vital, de cuja consideração depende a pertinência de nossos saberes sobre o social e o histórico, permanece amplamente na penumbra” (SCHWARTZ, 2009, p. 268). A instituição conta com um quadro de procedimentos formalizados e estabelecidos para as professoras cumprirem e moldarem o ensino numa perspectiva hegemônica e capitalista, pois temos aí normas que antecipam os saberes, que normatizam mais ou menos todo o agir das professoras e exigem avaliações quantitativas. Nesse sentido, elas ficam atreladas ao cumprimento de metas e, ao mesmo tempo, buscam formas de fazer isso sem se prender totalmente a estas normas, e isso implica a sua consciência e a sua renormatização.

De qualquer maneira tu não podes correr do processo avaliativo, porque ainda não inventaram outra maneira de que: “Ah, o professor só vai dar aula”! (Risos) Seria legal, né? “O professor só vai dar aula, ele não precisa tá passando essa questão de avaliação escrita”. Isso, aquilo. Mas tem que ter! Né? Faz parte do processo. (PARCEIRA ENSINAR). (Grifos da autora)

A parceira Ensinar recorre ao uso de si para renormatizar o que já vem pronto para as escolas. A avaliação baseada na interação, conforme o trecho acima, é uma relação dialética em que há a argumentação e a socialização de temáticas e a busca por meios de potencialização sem prejudicar o contexto histórico formativo humano. Em outras palavras, há uma renormatização pensada por essa professora, que vê o papel da avaliação como potencializadora e não como classificatória.

Nessa perspectiva, a professora descontra a pressão obrigatória da aplicação de provas escritas como os simulados. Ela se contrapõe ao sistema de avaliação que avalia o aluno apenas para passar de série. No sistema capitalista, o trabalho é racionalizado e prescrito com o objetivo da produtividade para a manutenção do *status quo* de dominação. Essa possibilidade de pensar o trabalho aliena essas trabalhadoras de planejarem sua avaliação para aproximá-la da mobilização de produção de saberes em função de um ensino de formação efetivamente ampla.

Destacamos também que os resultados da pesquisa apontam que a renormatização de saberes não ocorre a partir de um vazio teórico-prático, mas em decorrência de um conjunto de prescrições oriundas da formação inicial e continuada dessas trabalhadoras, entendendo-se que o processo de renormatização de saberes é uma unidade de contrários que se estabelece nas relações do trabalho docente em avaliação. Ou seja, as professoras só tiveram condições de renormatizar suas práticas pedagógicas porque tiveram um conjunto de formações anteriores (formação acadêmica), saberes prescritos que formaram suas habilidades e é com base nestes saberes que elas retrabalham suas práticas.

Nesse contexto, por meio dos achados apresentados nesta análise, compreendemos, que os saberes em avaliação dessas docentes se relacionam na efetividade da atividade de trabalho, resultando na renormatização de normas antecedentes, por meio das histórias pessoais, isto é, das dimensões subjetivas de cada uma delas. Portanto, esse processo de integração de saberes parte da imprevisibilidade do cotidiano escolar que requisita a presença do uso de si por essas trabalhadoras diariamente, resultando no debate de normas que torna toda a atividade de trabalho enigmática. Ou seja, à luz da ergologia estamos nos referindo à concretização dos valores, saberes e competências individuais e impossíveis de descrição por nós, mas, que se materializam por meio das dramáticas que lhes são constituintes nos processos formativos no decorrer do trabalho docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho docente das parceiras desta pesquisa que militam no campo do ensino aprendizagem de Língua portuguesa, apresentam uma consciência de uma renormatização que é transgressora na perspectiva de formação emancipadora. Mesmo não se realizando no plano de uma práxis enquanto unidade teórico-prática, se manifestam em alguns momentos em sala de aula quando, por exemplo, as professoras buscam considerar os estudantes em suas singularidades, mas ao mesmo tempo, a força das normas do prescrito que contribuem para a manutenção do *status quo* de dominação, dificultam esse processo.

Levando isto em consideração, os achados encontrados nesta análise nos permitem pensar a discussão necessária e urgente sobre a legitimação dos saberes docentes na Educação, pois, é a partir da valorização desses saberes como central na potencialização da qualidade formativa dos alunos que estes profissionais passarão a ser vistos e reconhecidos como agentes principais da formação como práxis transformadora. Como mostra nosso

trabalho, as parceiras da pesquisa estão sempre abertas para intervenções nos processos avaliativos que corroboram para mudanças, pois, elas compreendem que é necessária, constantemente ao ponto que avança os debates sobre Educação, uma inovação no que diz respeito às práticas de avaliação, rompendo o modelo hegemônico instaurado historicamente na realidade concreta dos ensinos para a possibilidade de pautar uma perspectiva integrada.

REFERÊNCIAS

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização**. Porto Alegre: ArtMed, 2005.

CUNHA, Daisy Moreira Cunha. Ergologia e psicossociologia do trabalho: desconforto intelectual, interseções conceituais e trabalho em comum. *Cad. Psicol. Soc. Trab.*, São Paulo, v. 17, n. spe. 1, p. 55-64, 2014. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?Acesso: 01/12/2020 às 23h55min)

ESTEBAN, Maria Tereza. Avaliar: ato tecido pelas imprecisões do cotidiano. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23, Caxambu, MG, 2000. GT06 – Educação Popular. **Anais...** Caxambu, MG, 2000. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/biblioteca/item/avaliar-ato-tecido-pelas-imprecisoes-do-cotidiano>> Acesso em: 07 jul. 2020.

KOSIK, Karel. 1976. **A Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MORAES, Alice do Socorro Louzada. Trabalho docente e processos de integração de saberes de avaliação em língua portuguesa no ensino médio: o prescrito e o renormatizado. 2021

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e uso de si. **Pro-posições**, Campinas, v. 1, n. 5 (32), p. 34-50, jul. 2000^a.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. **Trabalho e ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: Ed. UFF, 2010.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, n. 7, p. 31-46, jul./dez. 2000b.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. A experiência é formadora? **Educação e Realidade**, v. 35, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/11030>>. Acesso em: 25 dez. 2019.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. Abordagem ergológica e necessidade de interfaces pluridisciplinares. **ReVEL**, edição especial n. 11, 2016.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. Produzir saberes entre aderência e desaderência. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, RS, v. 13, n. 3, p. 264-273, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/4959>>. Acesso em: 06 mar. 2019.

17

TARDIF, Maurice. **Saberes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TRINQUET, Pierre. Trabalho e Educação: o método ergológico. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 93-113, ago. 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar? Porto Alegre: Artmed, 1998.